

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no ARE no RE no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº  
1.367.932 - DF (2018/0245578-9)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**EMBARGANTE : A C A**  
**ADVOGADO : ANALICE CABRAL COSTA ANDRADE GONÇALVES -**  
**DF023262**  
**EMBARGADO : O H C DE V V**  
**ADVOGADO : MARCOS GUSTAVO DE SÁ E DRUMOND - DF036869**

## DESPACHO

Trata-se de embargos de declaração no agravo em recurso extraordinário, opostos por A. C. A., contra acórdão prolatado pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça.

O recurso extraordinário teve seu seguimento negado em *decisum* assim ementado (fl. 230):

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SUFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 339/STF. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA, DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DOS LIMITES DA COISA JULGADA. ANÁLISE DA ADEQUADA APLICAÇÃO DE NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 660/STF. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. PREENCHIMENTO. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 181/STF. SEGUIMENTO NEGADO.

Daí, foi interposto agravo em recurso extraordinário, que não foi conhecido por ser o recurso manifestamente incabível, com determinação de certificação de trânsito.

Cumprindo a determinação do colegiado, a Coordenadoria de Recursos Extraordinários certificou, em 7.10.2019, a ocorrência do trânsito em julgado em 7.8.2019 (fl. 272).

Em momento posterior ao efetivo trânsito em julgado, a petionária opôs os presentes embargos, protocolado eletronicamente em 7.10.2019.

Não há mais nada a prover na espécie.

Conforme se vê, o trânsito em julgado da decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário da recorrente já foi certificado nestes autos, sendo manifestamente incabível o presente recurso.

A prestação jurisdicional, na espécie, foi exaurida, no que competia ao Superior Tribunal de Justiça e à Vice-Presidência desta Corte.

Feitas essas considerações, **fica determinado o arquivamento imediato de quaisquer outras manifestações, dispensando o envio de expediente avulso à Vice-Presidência. Baixem-se os autos caso ainda estejam no âmbito do STJ.**

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Intime-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente

